

POLÍTICAS DE INCLUSÃO DO NAPNE - IFRN: UM ESTUDO DE CASO DO CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Eloísa Alves Dantas¹

Makesia Mayra Gois²

Renata dos Santos de Oliveira³

Rosecleide Santos de Sousa⁴

Yane de Andrade Ramalho⁵

RESUMO

A inclusão educacional constitui um direito assegurado por dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015). Nos Institutos Federais, esse direito é promovido por meio dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), os quais desempenham um papel fundamental na efetivação de políticas inclusivas. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo realizar uma análise descritiva das práticas desenvolvidas pelo NAPNE do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campus São Gonçalo do Amarante, com a finalidade de identificar ações que favoreceram a permanência, a participação e o desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso, utilizando uma abordagem qualitativa com recorte geográfico do campus em questão. Os dados analisados foram coletados no período de 2022 a 2025. A fundamentação teórica baseia-se nas literaturas dos autores: Sonza, Vilaronga e Mendes (2020), Santos e Secundino (2023), Negri et al. (2025), entre outros autores que discutem a temática da inclusão educacional nos Institutos Federais. Os resultados indicaram a adoção de práticas efetivas, como escuta ativa, avaliação contínua e articulação entre os setores institucionais. Destacaram-se, ainda, medidas inclusivas como a elaboração e acompanhamento do Plano Educacional Individualizado (PEI), concessão de tempo

¹ Graduada no Curso de Letras Língua Portuguesa - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Pós-graduada em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial - Faculdade Focus.eloisaadantas@hotmail.com

² Graduanda no Curso de Pedagogia da Universidade Regional da Bahia (UNIRB),
makesiagois@gmail.com

³ Graduanda no Curso de Licenciatura em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica - Campus Parnamirim (IFRN), renata.santos1@escolar.ifrn.edu.br

⁴ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselsi),
cs1930635@gmail.com

⁵ Professora orientadora: Dra. Em Literatura Comparada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), yane.ramalho@ifrn.edu.br



adicional em avaliações, disponibilização de intérprete de Libras, apoio de leitor ou

transcritor e acompanhamento psicopedagógico. Essas ações foram fortalecidas por meio da parceria entre o núcleo, os familiares, o setor pedagógico e os docentes, bem como pela utilização de recursos pedagógicos adaptados. Nesse sentido, observou-se que as ações implementadas pelo NAPNE do IFRN – *Campus São Gonçalo do Amarante* promoveram a autonomia estudantil, fortaleceram a autoestima e incentivaram a permanência dos estudantes atendidos. Tais iniciativas contribuíram para a ampliação da participação acadêmica, totalizando no atendimento de 26 estudantes no período analisado.

Palavras-chave: Inclusão educacional. NAPNE. Educação inclusiva. Política educacional, Instituto Federal.

